

**PROGRAMAS MUNICIPAIS E PRODUÇÕES DE
AUTOCONSUMO: ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO
COM SUSTENTABILIDADE NOS ASSENTAMENTOS DE
ARARAQUARA-SP**

Henrique Carmona Duval¹
Vera Lúcia S. Botta Ferrante²

Introdução

O presente artigo é fruto de um trabalho que vem se desenvolvendo no interior do projeto CNPq *Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência*, coordenado pela profa. Vera Lúcia S. Botta Ferrante. Parte dele é oriundo da monografia³ de conclusão de curso em Ciências Sociais, na qual se analisam semelhanças entre conceitos de agriculturas sustentáveis e a agricultura de autoconsumo praticada nos assentamentos rurais Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, na região de Araraquara. O trabalho se volta ao segundo eixo temático do projeto acima referido, que trata das contradições entre as diferentes estratégias familiares e os padrões de organização econômica regionais.

Tais contradições são analisadas sob o prisma de uma trama de tensões, representativa da complexa rede de relações existentes entre os vários atores envolvidos na política de assentamentos. A partir do jogo de interesses que se trava na esfera política e envolve interesses dos órgãos gestores, dos poderes locais, da economia regional e dos assentados na constituição desses espaços, investigam-se estratégias familiares para seu desenvolvimento que comportam as dimensões política, econômica, social, cultural e ambiental do conceito de sustentabilidade.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – Uniara e bolsista de Apoio Técnico do Nupedor-Funadesp.

² Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – Uniara e coordenadora do Nupedor.

³ DUVAL, H.C. **Práticas Agrocológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2005.

Cabe ainda ressaltar que a partir da condição de assentado, surge a necessidade de compreender uma nova categoria sociológica (que é essa população) e a construção de seu espaço em um novo modo de vida através da reforma agrária. Muitos deles vêm para os assentamentos da condição de bóias-frias e proletariado urbano, indicando uma possível transformação em suas vidas a partir das novas relações travadas com o poder local, o mercado regional e a natureza. Portanto, trabalhamos com a noção de construção de novos modos de vida a partir da implementação dos assentamentos.

Neste artigo, acompanhamos duas alternativas criadas pela prefeitura de Araraquara que incentivam as produções de autoconsumo e conseqüente geração de excedentes para o mercado local que podem significar algum caminho em direção à sustentabilidade. Trata-se de dois programas municipais – Direto do Campo e Programa de Aquisição de Alimentos – voltados ao escoamento da produção de alimentos dos assentamentos para o município. Através deles, a agricultura familiar tem conquistado um espaço maior na agenda política, observados como uma iniciativa inovadora nestes vinte anos dos assentamentos nesta região do ponto de vista da gestão pública. Foram implementados em 2002, no segundo ano do primeiro mandato do PT na cidade.

Ressaltamos o valor de inclusão social dos assentados junto ao município, pois suas produções são direcionadas para a venda direta aos consumidores em feiras e outros espaços urbanos, para projetos de âmbito local como merenda escolar e instituições assistencialistas, estimulando a geração de renda e o desenvolvimento local/regional. A prática da agricultura de autoconsumo tem como característica preocupações ambiental e alimentar para muitas das famílias, podendo também relacionar-se a questões como a reprodução social e cultural, a relações solidárias no interior das comunidades e ser um dos componentes de renda para os produtores através dos programas municipais. Destacaremos, primeiramente, como vem sendo conceitualizado um tipo de desenvolvimento que tem como característica a sustentabilidade, cujos propósitos têm relações diretas com o tema deste trabalho.

Conceitualizando a sustentabilidade e o desenvolvimento

No presente artigo, a discussão sobre desenvolvimento aparece vinculada à hipótese de corresponder aos termos pensados por Celso Furtado, segundo os quais:

“o desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação das necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (2000: 22).

Tal conceitualização, não se restringindo apenas ao crescimento econômico estabelece relações muito próximas com a sustentabilidade, principalmente quando relaciona crescimento econômico e preservação ambiental. A sustentabilidade aqui referida parte da conceitualização de que sustentável é o “desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais” (Carmo, 1998, p. 219) e, para isso, deve-se embutir nas classes dominantes outras racionalidades éticas para reger as estratégias econômicas. A começar pelas representações políticas sobre assentamentos, que traçam projetos, programas e demais ações decisivas nas alternativas possíveis aos assentados. A sustentabilidade, portanto, é um conceito que abarca uma série de dimensões, que são analisadas no presente trabalho em sua função.

Relacionados aos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade nos assentamentos, os programas municipais podem atingir os seguintes aspectos: 1) social: gerar inclusão da produção no município; 2) econômico: conseqüentemente gerar renda; 3) ambiental: os processos produtivos empregados neste tipo de agricultura têm certas semelhanças aos da agricultura sustentável (Duval, 2005); 4) cultural: permitem a reprodução cultural desta população, dentre outras. Com isto, temos pistas que indicam ser esta uma alternativa de desenvolvimento envolvendo aspectos da sustentabilidade, além de que são voltados à produção de alimentos que já existem nos lotes, cujos excedentes passam a abastecer o município. É a partir do que os próprios assentados determinam plantar em seus lotes que a prefeitura irá trabalhar um programa municipal voltado a eles.

Modos de vida nos assentamentos e produções de autoconsumo: aspectos da sustentabilidade do lugar

Na grande maioria dos lotes visitados até hoje, quando perguntamos qual a primeira coisa que o assentado plantou em seu lote, a resposta corresponde a alguma cultura que se destina à alimentação de sua família. Sempre há famílias produzindo alimentos que primeiramente servem a elas, mas que certamente não se restringem a essa função, pois, conforme observado nas visitas de campo, a natureza produz com tamanha fartura e abundância que os assentados nos dão vários tipos de alimento para levarmos para nossas casas. Percebemos então que este tipo de produção é inerente em assentamentos e, muitas vezes, o agricultor nem se importa em vender o que dá em seus pés de frutas. Neste caso, evidentemente permeado por relações de solidariedade, é possível que tais alimentos se insiram em redes de trocas e/ou doações a famílias mais carentes que não produzem nem para seu próprio sustento.

Famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou serviços nos assentamentos. Assim, um assentado com experiência como pedreiro sempre tem serviço entre seus amigos da comunidade, mesmo que este não seja remunerado. Da mesma forma ocorre com aqueles que possuem maior conhecimento na agricultura, pois sempre são consultados por vizinhos ou até pelos técnicos da assistência ou quando uma família numerosa em filhos jovens se disponibiliza a ajudar com o trabalho num outro lote, cuja família não conta mais com filhos que moram no assentamento. No caso dos alimentos, nas últimas idas a campo, constatamos empiricamente duas situações de famílias que dependem da solidariedade dos vizinhos, que lhes dão cestas com alimentos para não passar fome.

Os assentamentos são marcados pela singularidade (Ferrante, 1994). Encontramos centenas de famílias, cada qual desenvolvendo em seu lote certas estratégias, de acordo com suas características e potencialidades. Adentro de cada porteira existe uma particularidade, em cada família que visitamos encontramos uma lógica específica de produção, sempre relacionada com capitais econômicos e práticas culturais adquiridos, além da força de trabalho que cada uma delas possui para a lida na terra. Essa lógica varia também conforme fatores como a origem da família, sua trajetória e luta pela terra, a estrutura interna familiar e mão-de-obra disponível em cada momento, o envolvimento com os demais assentados e agentes externos que possibilitam alternativas de produção (técnicos, funcionários públicos e privados, atravessadores, donos de mercados, quitandas, etc.), interesse em participar das questões comunitárias e espaços de deliberações como reuniões com prefeituras e órgãos gestores ou mesmo fóruns de discussão entre os assentados, dentre muitos outros. Sendo assim, há um grande peso da atuação de cada um, tanto em espaços comunitários como nas estratégias produtivas adotadas individualmente que determinam o desempenho econômico. Por isso, um lote do assentamento pode estar desde inativo, tomado por pasto, até totalmente aproveitado pelas mais diversas produções, exemplos esses concebidos como extremos. Também por isso, não há como pensar em estratégias produtivas homogeneizantes para todos os lotes, pois tanto a lógica como as possibilidades não são iguais, muitas vezes nem mesmo dentro de uma família que possui mais de um lote.

Um fato que é comum para a grande maioria dos lotes, no entanto, é a produção de alimentos. Observamos nas culturas plantadas pelas famílias para consumo próprio, sua origem e trajetória. Essas culturas são trazidas para os lotes conforme a preferência, o gosto, a tradição de cada família em plantar e consumir determinado alimento. Assim, num lote visitado recentemente, ouvi de uma senhora assentada que o feijão plantado e consumido pela família provém de um acampamento no qual eles conheceram essa variedade de feijão.

Gostaram e passaram a guardar sempre suas sementes para cultivá-lo. Tais exemplos têm nos levado a associar o autoconsumo com o hábitus das famílias (Bourdieu, 1989), pois são predisposições e práticas culturais adquiridas em suas origens e trajetórias, que se relacionam com os gostos e preferências e que encontram no assentamento espaço para se reproduzirem.

Com certeza, em famílias cujo passado recente foi de agricultores – de moradia e do cultivo da terra – muitas das produções dos lotes foram trazidas de lá, do espaço onde viveram, do aprendizado familiar. Os filhos que nasceram já nos assentamentos aprendem a mesma prática que seus ancestrais já tinham, perpetuando através do autoconsumo a cultura tradicional no interior dos assentamentos. Este aspecto cultural não é estagnado no interior de cada família. Com relações de vizinhança, amizade, religião ou pelo simples contato entre famílias com origens e trajetórias diferentes, ocorre nos assentamentos difusão de culturas e práticas agrícolas que cada qual possui. No núcleo VI do assentamento Monte Alegre, por exemplo, vizinhos trocaram mudas de árvore por outra de cacto e cada qual explicou sua utilização: no caso do cacto (chamado por ele de palma), muito comum no nordeste, este é usado para engorda do gado, enquanto que o arbusto (barbatimão), sua casca é usada como um medicamento para fechar feridas, dentre outras coisas. Cada qual passou a cultivar mais uma espécie vegetal que possui uma função diversa em seu lote.

Além do aspecto cultural, o desdobramento de tais práticas leva a uma maior diversificação nos lotes, o que estimula o aumento da biodiversidade em cada um deles. Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, resultado do tipo de manejo imprimido aos recursos naturais (solo, água, flora e fauna) para espaços que antes de serem assentamentos eram monoculturas. A própria fazenda Monte Alegre antes do assentamento foi uma monocultura de eucalipto, na qual utilizava-se intensivamente produtos agressivos ao solo e ao meio ambiente. Após a implementação do mesmo, com a redistribuição da terra em centenas de lotes agrícolas familiares, começou um trabalho de diversificação comandado pelas estratégias de subsistência e de desenvolvimento. Ainda hoje, nas áreas de preservação permanente deste assentamento, encontramos eucaliptos, uma cultura exótica que veio da Austrália e que fora utilizada como insumo agroindustrial, mas que aos poucos dá espaço a espécies nativas mais apropriadas para estes espaços. Tal diversificação tem sido considerada pelos assentados uma das razões pelas quais a terra do assentamento melhorou de qualidade, além de ser uma das razões pelas quais optaram em morar num lote agrícola.

Com a diversificação, os assentados têm construído um ambiente que novamente atrai uma grande concentração de espécies animais, principalmente pássaros, com as quais é construído o próprio espaço sonhado. Novamente

tomando um exemplo do assentamento Monte Alegre, há cinco anos fora reivindicado o fechamento de uma estrada que passava entre alguns lotes e uma das áreas de proteção permanente da fazenda. O Itesp atendeu à reivindicação, uma vez que havia denúncias dos moradores desses lotes sobre caçadores que entravam pela estrada durante a noite. Também ocorriam problemas de erosão da estrada e de assoreamento de um rio que corre próximo. Na antiga estrada foram plantadas mudas de árvores nativas para o reflorestamento da área. Sempre que vamos a um dos lotes desta área, do sr. Armando Bellintani, ele alimenta pássaros com frutas de seu lote e fala que um de seus maiores prazeres é ouvir o canto dos pássaros, hoje preservados.

Entre a monocultura e a diversidade: inserção nas cadeias produtivas regionais

Nos trabalhos de campo observamos atualmente as variadas formas que os assentados encontram de facilitar ou mesmo viabilizar as produções nos lotes, o que implica na própria continuidade dos agricultores nos assentamentos. Às vezes, em função disto, coexistem nos lotes plantações diversificadas e monoculturas. Uma das alternativas possíveis é a integração junto ao setor privado, envolvendo ou não contratos entre eles e empresas ou agroindústrias. Como fornecedores de matéria-prima a empresas maiores, eles têm conseguido produzir milho, cana-de-açúcar, mandioca, algodão, soja, feijão-de-porco, café, leite, eucalipto, bicho-da-seda, mel, dentre outras, com certa garantia e estabilidade financeira, mas não de forma autônoma. Os contratos assinados estimulam as produções, pois recebem créditos, investimentos em infra-estrutura e assistência técnica⁴ com maiores facilidades. Por esses dados, extrai-se também que a maneira como são feitos os cultivos e a comercialização destas produções são ditadas pelas empresas. No entanto, conseguem muitas vezes eliminar a figura freqüente e negativa do atravessador, uma vez que estes pagam pelas produções bem menos do que elas valem.

⁴ No caso da cana, por exemplo, a própria usina faz o papel do banco, financiando toda a formação do canavial. Quando a cana dá prejuízo, para a continuidade do plantio (segunda, terceira safras) existem facilidades para os assentados conseguirem Pronaf custeio. Em outro caso, há alguns anos uma empresa japonesa incentivou a criação do bicho-da-seda em alguns lotes do Monte Alegre, levando novas tecnologias e técnicas para seu manejo, assistência técnica e garantias de comercialização do produto. Já no caso do algodão a parceria funciona desta mesma forma, mas a integração se dá através de uma cooperativa regional. Com o milho, sem presença de contratos de fornecimento, geralmente há financiamento do Pronaf e a comercialização, quando é vendido seco, é junto a empresas do ramo de ração animal.

As grandes diferenças entre as diversas parcerias com o setor privado, além da presença ou não de contratos de fornecimento, são a utilização ou não da mão-de-obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos.

As parcerias, de maneira geral, oferecem alternativas de produção com garantias de obter renda melhor do que os que dependem da venda direta aos consumidores. Isso porque há facilidades na obtenção de crédito junto aos bancos e demais agências financiadoras da agricultura familiar, facilidades em obter insumos e assistência técnica junto às empresas (já que elas também não estão interessadas no prejuízo de seus fornecedores), melhores condições de escoamento ou mesmo a garantia de comercialização, muitas vezes feitas pela própria empresa-parceira⁵. Com todos estes fatores, as parcerias apresentam condições para que os assentados impulsionem outras produções simultaneamente, pois geralmente estão presentes em áreas que atingem no máximo a metade de um lote de produção. Na outra metade, com o dinheiro ganho como fornecedor, há possibilidades do assentado desenvolver outras produções voltadas para comercialização ou para o autoconsumo.

O fato de existirem tais relações de “parcerias” nos possibilita falar que trata-se de mais um aspecto da constituição da vida nos assentamentos estudados. Existem muitas possibilidades para se configurar uma estratégia familiar de desenvolvimento nos assentamentos. Muitos aderem a parcerias, mas sem deixar de praticar o autoconsumo e a diversificação/multifuncionalidade em seus lotes. Outros pensam que as parcerias e a pluriatividade (não trabalhar como agricultor) é uma opção melhor para obtenção de renda. Outros ainda, pensam que aderir a parcerias é um ato contrário à reforma agrária, devendo-se plantar autonomamente qualquer cultura, desde que seja sob seu comando e mesmo que não ocupe o lote agrícola integral. Tal constatação é um fator constituído por diversificação de opções econômicas que a região oferece e de uma nova cultura política e, juntamente, com as questões que são inerentes aos assentamentos, podem levar ao aumento da diversificação biológica.

⁵ Outros benefícios citados são: a destoca de tocos de eucalipto, melhora na salinidade dos solos em função do calcário depositado e uso da cama de frango (gerado nas granjas) como adubo. São todos fatores que melhoram a qualidade da terra e as condições para se produzir, já que a encontraram em péssimas condições para produção ao serem assentados. Um fato muito corrente no Brasil é que as terras destinadas à reforma agrária são desgastadas e impróprias para diversas culturas e para a agricultura familiar.

A diversificação presente e questões ambientais

A diversidade constitui um dos meios mais eficazes para a estabilidade biológica, pois ela confere resistência e elasticidade a um ecossistema para amortecer as perturbações e regressar à “normalidade”. Como exemplo disso, tomemos a presença de um invasor num determinado ecossistema e lá achará seu alimento, mas, ao mesmo tempo, se integrará na cadeia alimentar também, conseqüentemente adaptando-se ao todo. Da mesma forma (como inimigo natural), pode ser que ele trabalhe em simbiose com outras espécies desenvolvendo a complexidade e (re)organizando o ecossistema. Isso acontece pela própria flexibilidade do ecossistema em suportar esse invasor.

Segundo Morin, “a grande diversidade dos constituintes de uma eco-organização constitui um fator de desenvolvimento das suas qualidades de resistências às agressões e às perturbações” (1980: 43). Com isso, está afirmando que a complexidade ecossistêmica necessita de diversidade. Não podemos eliminar a vida inferior pela superior como nos modelos empresariais de produção, mas sim alimentá-la, suportá-la ou recorrer a ela de forma simbiote, para integrar o menos complexo na diversidade, pois ela se constitui uma estratégia para melhorar a qualidade do ambiente como um todo.

No estudo dos assentamentos rurais, no qual necessitamos uma abordagem multidisciplinar que forneça respostas às diversas questões que atravessam uma disciplina, trazemos à comparação essa visão de Morin sobre Ecologia aos modos de vida dos assentados na terra que podem indicar sustentabilidade. Qualquer tipo de parceria com o setor privado pode representar o invasor de um determinado modo de vida, mas estão a complementar os meios de sobrevivência dos agricultores na região, pois os assentamentos foram criados e se adaptam constantemente às exigências e variações econômicas para sobreviver. Uma das coisas que se tem que ter em vista, entretanto, é que quando há prática de monocultura ocorre uma perda da diversidade biológica e que, além disso, seus métodos produtivos trazem desgastes ambientais ao conjunto pelo desmatamento, aplicação demasiada de insumos químicos, erosão de terras, assoreamento de rios e queimadas, fatores que afetam a saúde da população que reside ali. Ocorre também, sobretudo quando o assentado fica exclusivamente dependente de uma parceria para gerar renda agrícola, perda na diversidade de alternativas econômicas que a compõem, o que pode deixá-lo mais frágil às variações mercadológicas dessa produção específica e mais dependente dessa parceria.

Mesmo que seja uma realidade, a necessidade de alternativas em parcerias com empresas e agroindústrias, para a subsistência dos assentados, igualmente é a diversidade agrícola nos assentamentos estudados. A diversidade de produções agrícolas encontrada nos lotes é considerada uma forte característica

do modo de vida nos assentamentos. Eles têm consciência de que a produção com insumos químicos melhora o aspecto dos alimentos e facilita sua comercialização, mas aumenta os níveis de contaminação no solo e intoxicação nas pessoas.

Constantemente vemos nos lotes visitados que o autoconsumo reflete a rica diversidade cultural e com isso melhora o padrão alimentar das famílias, pois são espaços de produção diversificados e livres de insumos químicos. Percebe-se em muitos lotes que os alimentos plantados para o autoconsumo são aqueles relacionados com as vivências anteriores dos assentados, com seus locais de origem e por onde já passaram, num tempo de suas vidas em que exerciam atividades agrícolas sem grande impacto ambiental (não desestruturavam gravemente o ecossistema, como por exemplo através de contaminações do lençol freático). O espaço do lote que não é ocupado pela produção essencialmente comercializável – geralmente envolvido em uma parceria com o setor privado – é destinado a este tipo de agricultura. É o motivo de relacionar a agricultura sustentável com a agricultura já praticada nos lotes.

Segundo Primavesi (1996), a atividade agrícola deve ser condizente com as especificidades da terra e do ecossistema onde está. Principalmente para os agricultores familiares, não se deve substituir um fator orgânico por um químico achando que melhorará a qualidade do solo, pois esta é a lógica da produtividade agrícola empresarial. Por sua vez, a agricultura familiar deve buscar práticas nos conceitos da agricultura sustentável, que são semelhantes a práticas do conhecimento agrícola tradicional. Como exemplos encontrados nos assentamentos, cita-se:

- agregar o solo com palhas, restolhos, compostos, adubo verde, capins (ou seja, reciclagem de material dentro da propriedade, servindo como alimento para a microvida do solo e manter umidade);
- elaborar compostagem com os materiais orgânicos proveniente dos lotes, utilizando-a como adubo;
- emprego de inimigos naturais de insetos que se tornam pragas;
- proteger o solo com plantio adensado (plantas cerradas, densas, que fornecem sombra);
- cultivos consorciados para aumentar o sistema radicular e quantidade de raízes no solo;
- arborização;
- proteger do vento (medidas paisagísticas como plantas para quebrar o vento, pois ele além de causar a maior das erosões nos solos e plantas pode trazer insetos ou agrotóxicos).

Encontramos tais práticas principalmente nas culturas destinadas ao autoconsumo. Em quase todos os lotes, os agricultores reutilizam os restos vegetais como adubos, às vezes armazenando-os num espaço para compostagem,

têm plantações cercadas por plantas quebra-vento, alimentam as criações com misturas de capins, legumes e rações à base de milho elaboradas por eles mesmos e com matéria orgânica proveniente dos lotes, além do consorciamento de diversas culturas num mesmo espaço para aproveitá-lo ao máximo e muitas outras práticas que fazem parte da agricultura sustentável. A intenção de aproveitar com máxima diversificação o espaço agrícola, reciclar a matéria orgânica proveniente dos lotes e demais práticas ora citadas advém da necessidade do autoconsumo, do conhecimento tradicional e mesmo da necessidade de se praticar uma agricultura com menores custos para eles. Para muitos, existe a preocupação ambiental de não desgastarem a natureza com o manejo convencional do solo, pois é ela quem lhes possibilita produzir seus alimentos. Daí surge o dado da consciência ambiental encontrada nos assentados (pelo menos parte deles), de devolver à natureza o que lhe foi tirado com os desmatamentos e as monoculturas. Ainda que para muitos isso aconteça no intuito de preservar seus meios de produção, os recursos naturais existentes nos lotes, tal conscientização ambiental vem ocorrendo.

Programas Municipais: um novo lugar para as produções de autoconsumo

As culturas de autoconsumo, além de prover a alimentação, de possuir aspectos de solidariedade e de preservação ambiental no interior dos assentamentos, oferecem possibilidades de inserção dos produtores nos mercados locais através de feiras e programas municipais, gerando parte da renda dos estabelecimentos familiares.

Em Araraquara, a partir do início da primeira gestão municipal do PT (2001-2004) vêm sendo traçados programas municipais pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico que têm como princípio a segurança alimentar. Ao envolver os assentados em tais programas a prefeitura dá um salto no sentido de inclusão social da produção desta população, o que antes era feito apenas através do plantio de cana-de-açúcar pelos usineiros da região. Em vinte anos de existência do primeiro núcleo de assentamento na região, esta é, de fato, uma iniciativa inovadora e coerente do ponto de vista do modo de vida constituído nos assentamentos, uma vez que envolve as produções de alimentos que já existem nos lotes e o consumo deles no município.

Desta forma, não se trata de incentivar o cultivo de um produto, como milho ou cana como estratégia de desenvolvimento, mas de incentivar a produção de alimentos que já existe entre os lotes a partir das práticas de autoconsumo. As produções e as técnicas empregadas são determinadas de forma bem mais autônoma do que numa relação de parceria com o setor privado por exemplo, já que, neste segundo caso quem determina as técnicas agrícolas, sobretudo quando há contratos de fornecimento, são as empresas. O resultado

disso é uma maior variedade de alimentos produzidos no município e que em seu processo produtivo levam menos agrotóxicos.

No caso das vendas do excedente da produção de autoconsumo, em Araraquara atualmente temos dois programas municipais que favorecem alguns assentados no escoamento dessa produção. Um é o Direto do Campo, que é subdividido em dois espaços: a Feira do Produtor aos sábados, localizada na região central da cidade; e o terminal urbano de ônibus de segunda a sábado. Nesta iniciativa, a prefeitura disponibiliza o transporte de ida e volta dos produtores e suas mercadorias, barracas para exposição e um avental para os caracterizar. A renda dos produtores com a venda direta varia de R\$ 200,00 a R\$ 800,00 mensais. Já a segunda iniciativa é em parceria com o governo federal, através do Programa de Aquisição de Alimentos. Neste caso, cada produtor familiar tem direito a vender para a prefeitura até R\$ 2.500,00 por ano em alimentos. A prefeitura destina parte deles para a merenda escolar e outra parte para instituições assistencialistas, como albergues e restaurantes populares.

O acompanhamento dessas iniciativas da prefeitura de Araraquara tem demonstrado que a partir da agricultura de autoconsumo podemos vislumbrar uma alternativa de desenvolvimento possível, embora ainda restrita a um grupo pequeno de assentados melhor estruturados para atender a demanda dos programas municipais (cerca de 40 produtores). A perspectiva de ampliação, tanto em termos de se aumentar a renda possível e de atender a mais famílias pode se configurar uma estratégia certa para muitas delas. Em contrapartida, tais produções podem chegar à cidade mais baratas e ao mesmo tempo com menos agrotóxicos. Questões como o lugar dos assentamentos nas agendas políticas dos municípios, geração de desenvolvimento local/regional ou mesmo uma agricultura com práticas regenerativas são coladas em contraste com a dependência econômica dos pequenos produtores em relação aos grandes, o modelo convencional de produção agrícola e o abastecimento de alimentos no município sendo feito praticamente todo por plantações de outros Estados.

Conclusões

Mesmo estando os assentados inseridos na economia regional, na qual as principais alternativas econômicas hoje são as parceiras anteriormente citadas, com o autoconsumo e a consciência ambiental, a questão ecológica tem um local privilegiado de práticas que são inerentes em assentamentos através da cultura tradicional. No interior de um lote encontramos muitas vezes grande diversidade de plantas cultivadas, distribuídas em quadras onde estão separadas hortaliças, frutas, legumes, criações, contribuindo para o aumento da diversidade biológica nestes locais. Uma das escalas da diversidade é esta, que reside no interior dos lotes através das produções de autoconsumo.

Em outra escala, existe a diversidade de alternativas criadas junto aos setores privados na forma de parcerias e contratos. Ocupando no máximo uma área equivalente à metade de cada lote, encontramos entre eles diversificação de sistemas de produção, pois cada assentado se integra a uma ou mais alternativas. Esta outra noção de diversidade é possível porque não mais há somente a alternativa junto ao complexo canavieiro, embora seja predominante na região e o mais presente nos lotes. Crescentemente novas possibilidades de integração surgem com empresas dos ramos de granja, de ração animal, de semente, dentre outros, abrindo esse leque de opções de parcerias que inserem os assentados em cadeias produtivas regionais.

É certo que essas relações de “parcerias” são necessárias no presente, sobretudo pela situação econômica atual encontrada nos assentamentos. Elas, no entanto, não podem extinguir a característica de autonomia dos pequenos produtores assentados para determinar como são os processos de produção no interior de seus lotes. O maior ganho de se viver no assentamento, quando perguntado nas visitas de campo, é a liberdade conquistada de trabalhar no que, para quem e quando quer. Também ouve-se o coro de quem buscava e conquistou no assentamento mais calma e tranquilidade, inclusive por viver mais próximo da natureza. Arrancar-lhes sua autonomia pode parecer racional do ponto de vista econômico, mas não ser o melhor caminho para a política de assentamentos e, para tanto no campo político e para o sucesso da reforma agrária, considerações devem ser feitas cuidadosamente.

O conceito de um mosaico, existente nos assentamentos em função da divisão de uma grande área em pequenas porções e ocupadas por diversas famílias, cada qual desenvolvendo suas estratégias específicas de produção, exhibe em algumas partes de seus fragmentos grande diversidade em contraposição a um território homogeneizado pela monocultura da cana (Whitaker e Fiamengue, 2000). Esta diversificação é uma das razões pelas quais afirma-se que nos assentamentos pesquisados há questões culturais e ambientais diretamente ligadas aos modos de vida que os constituem. Práticas familiares estão associadas com a reprodução cultural do modo de vida rural, são resgatadas de outra época vivida antes da proletarização e encontram nos assentamentos espaço para atuarem. A diversificação agrícola existente em função do autoconsumo é um fator de aumento de estabilidade biológica, que complexifica o ecossistema e garante a ele uma maior resistência às agressões e perturbações externas.

Paralelamente, de forma simétrica no campo de análise econômica, essa diversificação biológica exerce um outro papel que pode ser importante para a autonomia dos produtores, no sentido de aumentar as alternativas que os agricultores têm em seus lotes e que podem levá-los a várias formas de se integrar na economia regional. O aumento de variedades biológicas pode servir

a eles como forma de fortalecer suas resistências às variações mercadológicas e mesmo proporcionar maior autonomia sobre seus lotes quando comparamos a uma situação de monocultura. Desta outra forma, o produtor que possui um contrato de fornecimento não tem autonomia de plantar, colher e vender como quer, o que acontece às vezes com aqueles que perdem o interesse em trabalhar na terra e passam a querer “alugá-la”. Quando há esse interesse, há variedade e é evidente a marca das preferências e gostos da família sobre o que há plantado no lote. Neste caso, durante nossas visitas de campo, não demora e o assentado quer nos mostrar o lote adentro com toda sua diversificação, enquanto aquele que aluga a terra geralmente quer ficar apenas dentro de casa. Temos observado que embora duas lógicas de produção distintas coexistam nos assentamentos e muitas vezes no interior de um mesmo lote, expressando uma situação paradoxal, trata-se de um aspecto da realidade do qual não podemos nos furtar para compreendê-la.

Quanto à questão ambiental, em muitos assentados existe a consciência acerca da necessidade de recompor o ambiente com espécies vegetais nativas, garantindo com isso um ambiente melhor para suas vidas e para as necessidades naturais de suas produções. Preservando a fauna e a flora nativas que ainda permanecem ali, nas áreas de reserva da fazenda e mesmo nas APPs e nos lotes, o ecossistema como um todo é capaz de sustentar um ambiente com melhores condições para a vida e para a produção. Por isso, a existência dos assentamentos tem se mostrado de grande importância para essa questão local, pois as fazendas que hoje são assentamentos foram usadas antes com monoculturas, paisagem que evidentemente predomina na região de Araraquara e traz danos ambientais.

Os programas municipais, por sua vez, podem ser meios de priorizar as necessidades e preferências das famílias como princípio gerador de desenvolvimento para elas. De uma produção que antes servia para o consumo próprio e para outras famílias ainda no interior dos assentamentos, seu excedente pode ir além, servindo tanto para a venda direta e mercado (feiras, supermercados, quitandas, restaurantes etc.), como para utilização em projetos de âmbito local. São produções que, além de ter um papel no orçamento familiar de quem produz, gerar sociabilidade e cooperação na comunidade, podem estabelecer a inclusão social desta população rural no município. Deste modo o município passa a produzir mais os alimentos que consome, é gasto menos energia, tempo e dinheiro com transportes rodoviários para sua locomoção e é exercido um papel do poder local no encaminhamento de alternativas ao desenvolvimento local/regional com sustentabilidade.

Tal modelo de desenvolvimento, começando pelo fato de que não é um modelo imposto comparando-se a parcerias com o setor privado, retoma algumas exigências do conceito de Furtado anteriormente citado. Com os dois programas

municipais em questão, consegue-se atender algumas das necessidades básicas da população assentada e garantir parte da renda familiar numa lógica coerente com seu modo de vida. A concepção dos programas, além de levar isso em consideração está a estender um benefício também à população urbana com alimentos a menores custos (com a venda direta) e com segurança alimentar na merenda escolar. Tem sido possível ao menos associá-los ao desenvolvimento com respeito à cultura tradicional, identificando o poder municipal em consideração a novas racionalidades políticas para a geração de projetos e utilização dos espaços agrícolas dos assentamentos.

As produções de autoconsumo são as primeiras a surgir quando é implementado o assentamento, trazendo consigo as práticas agrícolas enraizadas culturalmente. Temos comprovado que esse modo de vida contribui com questões ambientais e ecológicas. As políticas públicas em Araraquara, que se voltam a essa oferta de alimentos dos assentamentos, são propostas inovadoras na gestão municipal local e incluem socialmente essa população rural em sua agenda política. A diversificação agrícola existente e as políticas públicas, analisadas como fontes do desenvolvimento local/regional conferem a ele sustentabilidade, pois engloba dimensões sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais.

Referências

BARAONA, R. Un Campesino por Dentro. **Conferência de abertura do IV Congresso**

Latino-Americano de Sociologia Rural, Concepcion, Chile, dezembro, 1994. (Mímeo).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CARMO, M.S. do A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 215-238.

D'INCAO, M.C. e ROY, G. **Nós, Cidadãos**. Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DUVAL, H.C. **Práticas agroecológicas em terras de assentamentos rurais**, 2005, Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**. Ano I, Nº 1, Nupedor, Unesp, Araraquara, 1994, p. 75 - 148.

FERRANTE, V.L.S.B. Experiências recentes de reforma agrária no Brasil: a sustentabilidade (re)construída? **Retratos de Assentamentos**. Ano VI, nº 08, Nupedor, Unesp, Araraquara-SP, 2000, p. 07-18.

MORIN, E. **O Método II**. A vida da vida. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara-SP: Fundação Itesp/Uniara, 2003.

PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico dos Solos**. São Paulo: Nobel, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 29-49.

WHITAKER, D.C.A. e FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**. Ano VI, Nº 8, Nupedor, Unesp, Araraquara, 2000, p. 19 - 32.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau-SP: Letras à Margem, 2002.